29/08/2018 https://acervo.oglobo.globo.com/Acervo/?service=printPagina&imagemPrint=https%3a%2f%2fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2fPD…

Quorum fácil para aprovar o divórcio preocupa D. Aloísio

FORTALEZA (O GLOBO) — O Cardeal-Arcebispo de Fortaleza e presidente da CNBB, Dom Aloísio Lorscheider, disse ontem que está tão apreensivo quanto os bispos do Rio Grande do Sul, que, em telegrama ao Presidente da República, manifestaram sua preocupação em relação à possibilidade de instituição do divórcio no País, agora que foi reduzido de 2/3 para maioria simples o **quorum** para aprovação de emendas constitucionais no Congresso.

— Estou de acordo com o telegrama que os bispos do Rio Grande do Sul enviaram ao Presidente — disse ele. O **quorum** de dois terços é muito importante. Não vejo nesse caso somente a questão do divórcio, mas todas as matérias fundamentais para o País. Hoje em dia se cuida muito do direito das minorias. Uma minoria obtida num **quorum** simples é quase maioria. Com o **quorum** de 2/3 chegamos mais perto do respeito ao direito das minorias.

Vaidade

Dom Aloísio assinalou que "o divórcio está de novo nas manchetes":

— Bispos e padres do Brasil inteiro reagem à pregação dos divorcistas. Apontam que alguns parlamentares que condenam a derrubada do **quorum** de 2/3 são os mesmos que dele se aproveitariam para impor ao povo sua idéia divorcista, que atende somente à vaidade ou aos interesses dos que se deixaram vencer na família. Outros indicam que toda lei tem uma função didática, educativa e, por isso, a lei da união indissolúvel repercute na personalidade e influi na preservação da família como tal.

Para o presidente da CNBB, devem-se sempre procurar as leis que ajudem o povo a solucionar seus problemas reais, "sem ferir jamais a ordem social estabelecida por Deus":

— Ninguém conhece melhor a natureza humana e sua reação dentro da sociedade do que o próprio Deus que a criou e, ao criá-la, teve um plano cujo objetivo não é outro senão a felicidade do ser e da sociedade humana. Por isso, qualquer lei contrária a uma lei divina é uma verdadeira subversão da ordem e a pior subversão da ordem que o homem e a sociedade podem imaginar. Uma lei subversiva em relação à ordem natural é extremamente prejudicial ao homem e à sua convivência social.

Dom Aloísio entende que a lei do divórcio não viria solucionar um problema, mas criar novos problemas para a Nação, "já que tocaria nos fundamentos da própria sociedade, no que esta tem de mais sagrado e mais intocável: a estabilidade da família, garantia da estabilidade social":

— O que no caso necessitamos não é de uma lei de divórcio, mas de uma lei exigente na preparação dos que vão se unir em casamento, para que este passo tão importante para eles e para a sociedade possa ser dado com a maior segurança possível. E, junto com uma lei exigindo uma preparação mais profunda, outra lei em favor do bem social das nossas famílias.

Moralidade

O Cardeal-Arcebispo de Fortaleza disse que se preocupa com o aperfeiçoamento de todas as leis já existentes mas que ainda não satisfazem inteiramente às necessidades do povo, como as da habitação, da saúde e do emprego:

— São todas leis importantíssimas para a estabilidade da família. Mas, além desses aspectos sociais, não há dúvida de que não se deve descuidar da moralidade pública. Por isso, deveria haver uma preocupação constante com as leis que aperfeiçoaram esta moralidade, fazendo com que o nosso povo não se sinta a cada momento tentado para o vício, mas, antes, estimulado para a prática do bem. Entra aí então a responsabilidade dos que produzem literatura, espetáculos, novelas, turismo etc.

Dom Evaristo: Igreja é contra mas respeita

SÃO PAULO (O GLOBO) — "Se o divórcio se institucionalizar no Brasil, será o resultado de uma representação que agora é uma terá que respeitar". Estas palavras são do Cardeal-Arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns, depois de proferir uma palestra de duas horas, ontem à tarde, na Câmara de Vereadores, falando sobre os direitos humanos e a liberdade de imprensa.

Quanto às Reformas Constitucionais Dom Evaristo disse que "os métodos utilizados contradizem frontalmente o pensamento da Assembléia dos Bispos, consubstanciado nas Exigências Cristãs para uma Ordem Política: elas não foram feitas com base no centro das diretrizes que nós, bispos, traçamos pela doutrina da participação".

Dom Evaristo começou a palestra citando uma frase do padre Manoel de Nóbrega, fundador da cidade, que dizia: "Essa terra é nossa tarefa". Então, disse o Arcebispo, "é nossa tarefa, e onde está o povo está o espírito de Deus; sintamos isto como um desafio".

Censura

Dirigindo-se aos vereadores presentes, a maioria do MDB, Dom Evaristo lamentou a atual situação dos nossos meios de comunicação. "Cercearam a nossa liberdade. Existem sete milhões de católicos em São Paulo, e nós queremos falar, participar. Criem uma possibilidade de se conversar porque o Arcebispo não pode falar sem o povo".

Explicou em seguida que essa participação pode ser feita através de, pelo menos, um conhecimento livre e puro das coisas. Lembrou por exemplo dos tempos em que falava livremente pela rádio Nove de Julho, e mais recentemente, através do jornal da Diocese **O São Paulo**, "mas depois censuraram o nosso jornal", disse o Arcebispo.

Direitos humanos

Em nome da Igreja, Dom Evaristo pediu "a promoção dos direitos humanos e marginalizados", lembrando que esta promoção é, inclusive, citada pelo Evangelho, e fez os seguintes apelos:

— Existem 500 mil operários ganhando abaixo do salário-mínimo na nossa cidade; loteamentos clandestinos onde forças econômicas procuram assumir o direito do povo.

— Solicito também maior amparo aos estudantes, para proteger o idealismo da nossa juventude universitária porque eles formarão os homens do poder de amanhã.

— Aspiro, em outras palavras, a igualdade e a participação do homem.

— Queria saber dos senhores vereadores o que vai acontecer com o povo. A minha maior satisfação vai ser quando os senhores conseguirem uma estrutura capaz de manter uma comunicação com a comunidade.

Dom Eugênio acha que País retrocedeu

No Rio, o Cardeal-Arcebispo, Dom Eugênio Sales, distribuiu ontem uma nota em que lamenta que o "quorum" de 2/3 tenha sido extinto, o que considera um erro. No seu entender, "o País retrocedeu".

É esta a nota de Dom Eugênio:

"A Igreja pode e deve emitir um juízo moral sobre realidades que dizem respeito à ordem política, quando o exigem os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas. Emprega para isso recursos evangélicos. (Guadium et Spes, 76).

"O Executivo, investido das funções legislativas, achou por bem reduzir para maioria absoluta o "quorum" de 2/3 anteriormente exigido em uma reforma da Carta Magna. Os legisladores haviam incluído a indissolubilidade do Matrimônio no texto de nossa Constituição, amparando assim o vínculo matrimonial.

"A recente alteração veio debilitar essa salvaguarda à Família brasileira. Deixa em mãos de uma eventual maioria esse e outros assuntos de grande importância para a vida moral e social desta Nação. No meu entender, o País retrocedeu.

"Lamento o erro. A Igreja, entretanto, permanece e os homens passam."

Projeto pode ser apresentado até o fim do mês

SÃO PAULO (O GLOBO) — O Senador Nelson Carneiro disse ontem, de passagem por São Paulo, que espera conseguir até o fim do mês assinaturas suficientes para dar entrada mais uma vez ao projeto de emenda constitucional que introduz o divórcio no Brasil.

Se o Senador fluminense obtiver as assinaturas de um terço dos membros da Câmara dos Deputados e um terço dos senadores, como manda a emenda constitucional promulgada pelo Presidente da República, ele terá mais facilidade em conseguir chegar ao seu objetivo, porque a mesma emenda garante a aprovação dos projetos que tiverem voto favorável da maioria absoluta do Congresso.

Das outras vezes em que Nelson Carneiro apresentou o projeto, esbarrou no dispositivo constitucional que exigia a maioria de dois terços para aprovação de qualquer emenda à Constituição. Na última vez em que o projeto foi votado, em 1975, ele conseguiu o apoio de mais da metade dos deputados e senadores, mas não alcançou os dois terços.

Padre Aleixo: PDR é a opção dos descontentes

BRASÍLIA (O GLOBO) — Depois de ouvir atentamente, de uma das galerias do plenário do Senado, o discurso do líder do MDB, Franco Montoro, o Padre José Carlos Aleixo, filho do ex-Vice-Presidente da República, Pedro Aleixo, e um dos responsáveis pela organização do Partido Democrático Republicano, declarou ao GLOBO, ontem, que no Brasil "há necessidade de mais um partido político e esse partido é o PDR, que poderá ter existência legal até o fim do ano".

— As atuais correntes partidárias — explicou — não representam todos os grupos políticos do País. Os partidos políticos devem ser homogêneos e, como todos nós sabemos, existe muita heterogeneidade na Arena e no MDB. Na verdade, o PDR é o primeiro movimento político, depois de 1964, a crescer de baixo para cima, com o apoio direto do povo através das assinaturas de eleitores, necessárias ao seu registro no Tribunal Superior Eleitoral. Na atual conjuntura, as eleições tendem a ser plebiscitárias, isto é, a favor do Governo ou contra ele.

Alternativas

O Padre Aleixo, que é professor de Ciências Políticas na Universidade de Brasília, fez uma pausa em suas declarações para explicar ao repórter não ter ido ao Senado para tratar de interesses do PDR e sim para mostrar a um outro sacerdote a biblioteca e outras dependências. Em sua pasta havia, contudo, fichas em branco de filiação ao partido. Ele prosseguiu:

— Há necessidade de maiores alternativas. Muitos estão descontentes com o partido do Governo, sem necessariamente estarem de pleno acordo com o partido da Oposição. Apesar das dificuldades impostas pela atual legislação partidária, no tocante, principalmente, a um número elevado de assinaturas de apoio — cerca de um milhão e meio — o PDR está em vias de conseguir o seu registro, com filiados em Minas, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Mato Grosso, Pernambuco e Ceará.

Manifesto

BELO HORIZONTE (O GLOBO) — Atendendo ao artigo 18 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, o Partido Democrático Republicano deverá publicar, na próxima semana, no Diário Oficial da União, novo manifesto de lançamento. Nesse manifesto, que em linhas gerais repetirá os três anteriores, que perderam a sua validade, dirá que "o PDR não se organiza para ser caudatário do partido do Governo nem do partido da Oposição".

"Nós estamos nascendo — assinalará — para sermos o Poder. E com uma diferença: a de um Poder autêntico. Quem duvidava da nossa criação, hoje não tem mais esse direito. Quem não acredita que, com um trabalho sério, chegaremos ao Poder está convidado a testemunhá-lo. Os que pensam que o Poder servirá de pêndulo entre qualquer dos grupos políticos já estruturados, ainda que artificialmente, cometem deplorável engano."

Dom Agnelo tem reunião hoje no Rio

CAMPINAS (O GLOBO) — O Prefeito da Sagrada Congregação Para a Evangelização dos Povos, Cardeal Agnelo Rossi, vem hoje ao Rio para iniciar, segunda-feira, um encontro entre bispos africanos e brasileiros.

Ontem pela manhã, Dom Agnelo foi homenageado pela Colônia Helvética, que reúne os suíços de Campinas. Lá, ele celebrou missa e em seguida participou de um almoço em comemoração ao 21º aniversário da Sagração Episcopal. Ainda em Campinas, o Cardeal inaugurou a iluminação pública de uma avenida que tem seu nome.

O encontro

Dom Agnelo explicou o encontro entre bispos africanos e brasileiros, que "visa a um intercâmbio pastoral, uma vez que a cultura e o clima da África se assemelham muito ao do Brasil". Por isso, afirmou, "a Igreja brasileira pode ser muito mais útil aos africanos do que a européia".

MDB do Paraná impede voto de louvor a Geisel

CURITIBA (O GLOBO) — A bancada do MDB na Assembléia do Paraná conseguiu ontem derrubar um voto de louvor ao Presidente Geisel proposto pelo Deputado Kalil Fadel (Arena) "por ter assinado o decreto que acaba com a denúncia vazia".

Depois arenistas votaram a favor e sete emedebistas contra a proposição; porém, em questão de ordem, o Deputado Oswaldo Macedo (MDB) apontou a falta de quorum regimental para deliberações e o projeto foi arquivado.

Oswaldo Macedo justificou que: 1º) o decreto não extingue a denúncia vazia, mas sim amplia os prazos para a saída do inquilino; 2º) a medida estava em vias de ser aprovada pelo Congresso Nacional; e 3.º) o Presidente usou da arbitrariedade do

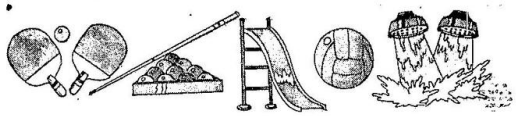
Justiça militar julga acusados de corrupção

BRASÍLIA (O GLOBO) — Em sua sessão de ontem o Superior Tribunal Militar julgou apelações no processo em que militares e civis são acusados da prática da corrupção no Departamento Geral de Serviços do Exército, no Rio de Janeiro.

O advogado Helene Fragoso alegou que a 3.ª Auditoria Militar, no Rio, não era competente para julgar os civis e militares de menor patente que condenou.

advogados de 16 militares e 12 civis alegaram que não há provas contra os réus. O resultado do julgamento — segredo — feito na sessão de ontem só será conhecido na próxima semana.

O Ministro Rodrigo Otávio desmentiu que tenham ocorrido sevícias ou coação na obtenção de confissões dos réus absolvidos quinta-feira, em ação na qual o General Gronhold Henrique Faria Braga, dez militares e sete civis eram acusados de corrupção e



2 QUARTOS E UM

Você está muito acostumado a ver nos jornais, ou na televisão, propaganda de lançamentos imobiliários. Você até já deve achar que são todos muito parecidos.

Mas agora garantimos que temos algo absolutamente diferente, não estamos anunciando apenas mais um apartamento.

Este lançamento, na verdade, é muito mais uma filosofia de morar, divertir-se e desenvolver atividades criativas de forma integrada.

Isto porque, ao comprar o seu apartamento de 2 salas e 2 quartos na Senador Vergueiro 170, você também adquire o que poderíamos chamar de um verdadeiro clube fechado, privativo, moderno e funcional.

A Servenco, partindo de uma concepção arrojada das ocupações das horas de lazer, criou uma equipe de psicólogos e orientadores educacionais que, em conjunto com seus engenheiros e arquitetos, planejam, instalam e acompanham a utilização das áreas livres programadas nos edifícios.

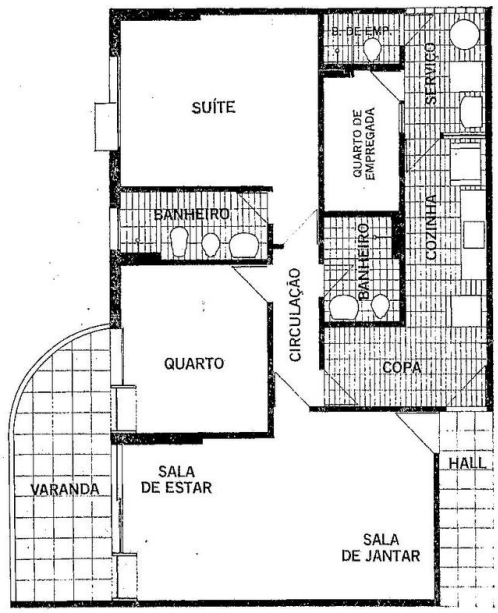
Conheça em detalhes o que é isso.

PREÇO A PARTIR DE 870 MIL

Condições de pagamento (10.º andar) — Sinal: 27.800 — Escritura: 27.800

15/07/77
15/11/77
15/03/78
15/07/78
15/11/78
} 5 x 12.250 (Fixos)

Mensalidades durante a construção: 4.170
Chaves: 109.180
Mensalidades após as chaves: 9.170



2 QUARTOS (1 SUÍTE)
2 SALAS COM VARANDA.
2 BANHEIROS E GARAGEM.

Memorial de Incorporação Registrado no 9.º RGI sob o n.º 03, matrícula 14993 em 25/3/77.

https://acervo.oglobo.globo.com/Acervo/?service=printPagina&imagemPrint=https%3a%2f%2fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2fPDFs_XMLs_pag… 1/2

Na apelação julgada ontem, os 12 peculato,

Ato institucional nº 5, usurpando um direito legítimo do Congresso Nacional".